

# **DINÂMICA DO USO E COBERTURA DA TERRA NO TERRITÓRIO CAATINGUEIRO: ESTUDO DE CASO DO PARQUE ESTADUAL CAMINHO DOS GERAIS**

**Jefferson William Lopes Almeida**  
**Doutorando PPGDS - Unimontes**  
jeffersonlopesalmeida@gmail.com

**Marcos Esdras Leite**  
**Professor do PPGDS - Unimontes**  
marcos.leite@unimontes.br

## **ESPAÇO DE DIÁLOGO 9: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO**

### **RESUMO:**

Enquanto o desenvolvimento de um lugar estiver meramente reduzido ao crescimento econômico, outras formas de vida tendem a se desvalorizar. A escala temporal das mudanças ocasionadas pelo uso e cobertura da terra fundamenta-se nessa lógica de poder, que produz a estigmatização regional. Nesse sentido, o Estado possibilita a apropriação da terra a partir dos interesses, principalmente os hegemônicos, fragmentando paisagens e territórios e deslocando pessoas do lugar (Escobar, 2005; Alier, 2007; Acsehrad, 2004).

Esse processo fundamenta o histórico de uso e ocupação da área onde se localiza o Parque Estadual Caminho dos Gerais (PECG), território das comunidades caatingueiras dos sopés da Serra Geral, inseridas na abrangência dos municípios de Espinosa, Gameleira, Mamonas e Monte Azul. Nessa porção norte do estado de Minas Gerais, são identificados problemas socioeconômicos decorrentes não apenas das características naturais, mas também dos interesses diversos de empreendimentos, tanto públicos quanto privados, na organização ou reorganização do território. Ao longo do tempo, essa região foi moldada por meio da expulsão forçada de comunidades tradicionais e da degradação dos recursos naturais, evidenciando uma forma de ocupação que negligência os aspectos sociais e ambientais (Dayrell, 2019).

O PECG foi criado seguindo os preceitos do Sistema Nacional de Unidades de

Conservação (SNUC). Os aspectos de beleza cênica e da natureza geológica e geomorfológica foram o alicerce para a criação da Unidade de Conservação (UC). Entretanto, a demanda dos moradores do entorno pela proteção das nascentes, únicas fornecedoras de água para o uso das comunidades locais, foi preponderante para a implantação do parque (IEF, 2007; Minas Gerais, 2021).

Nesse contexto, o presente estudo pretende analisar como os empreendimentos de monocultura de eucalipto e a criação do PEGC reconfiguram ou territorializam o espaço geográfico. Para isso, optou-se pelo uso de produtos advindos das geotecnologias para a análise temporal do uso e ocupação da terra na área do parque e em seu entorno, delimitado por uma zona de 6 quilômetros. O foco é traçar um paralelo entre o período da silvicultura do eucalipto e o período posterior à criação do PEGC. Para isso, foram utilizados os mapas anuais do projeto MapBiomas (1985, 1995, 2005, 2015 e 2022) a fim de verificar o efeito da UC na dinâmica de uso da terra e na disponibilidade hídrica.

Os anos de maior impacto antrópico na área do PEGC foram entre 1985 a 2005, com a expansão da silvicultura do eucalipto. Em 2022, o destaque no desmatamento foi o aumento das pastagens e das atividades agrícolas na área do entorno do parque. Constata-se, também, que os impactos dos usos antrópicos estão condicionados à presença do território do parque, ou seja, quanto mais próximo ao PEGC, mais protegida é a área de vegetação natural. Inversamente, quanto mais distante da unidade de conservação, maior é a presença de usos antrópicos.

## **Referências**

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heirinch Böll, 2004.

DAYRELL, C. A. **De nativos a caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar**. 2019. 459 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social, UNIMONTES, Montes Claros, 2019.

IEF - Instituto Estadual de Florestas. Unidades de Conservação do Estado de Minas Gerais, 2007. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/248-parque-estadual-caminho-dos-gerais> Acesso em: Fev. 2024.

MINAS GERAIS, 2021. Plano de Manejo do Parque Estadual Caminho dos Gerais. IEF - Instituto Estadual de Florestas, 2021.